

SEÇÃO III

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 24.2014. Processo: 414.000.217/2014 – DAS PARTES: Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização-SEGAD e FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto a rescisão amigável do Contrato celerado entre as partes em 22 de dezembro de 2014, o qual teve como objeto a prestação de serviços para realização dos Cursos de Especialização Lato Sensu em Análise e Intervenção em programas Governamentais, de Especialização Lato Sensu em Políticas Públicas e de Aperfeiçoamento em Contratos e Convênios, destinados aos servidores de órgãos da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e Relativamente Autônomos do Distrito Federal, regidos pela lei complementar nº 840/2011. DA RESCISÃO AMIGÁVEL: Na conformidade do que dispõe o inciso II do art. 79 e o art. 116 da Lei nº 8.666/1993 e, mediante concordância das partes, fica como certa, justa e pactuada a presente Rescisão, a partir da data de assinatura, sem que decorram ônus de qualquer espécie, dando-se reciprocamente, rasa e geral quitação, para nada mais reclamar ou exigir um do outro, em juízo ou fora dele. DA ASSINATURA: 31/08/2015. DOS SIGNATÁRIOS: Pela SEGAD: Alexandre Ribeiro Pereira Lopes, na qualidade de Secretário de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização e pela CONTRATADA: Ivan Marques de Toledo Camargo, Presidente da Fundação Universidade de Brasília.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2015. Processo: 414.000.491/2015– DAS PARTES: SEGAD/DF x NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA. DO OBJETO: O Contrato tem por objeto a aquisição de assinatura que envolverá a disponibilização de “login” e senha de uso exclusivo, num total de 10 (dez) assinaturas para acesso aos serviços do sistema “Banco de Preços”, para as unidades da SEGAD/DF, consoante especificam a Proposta de fls. 177 a 178, o Termo de Referência de fls. 104 a 120, baseada termos do, do Art. 25, “Caput”; c/c Art. 26, e com as demais disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que passam a integrar o presente Termo. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 13.101; II – Programa de Trabalho: 04.122.6003.8517-9663; III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39; IV – Fonte de Recursos: 100. O empenho inicial é de R\$ 39.950,00 (trinta e nove mil, novecentos e cinquenta reais), conforme Nota de Empenho nº 2015NE00867, emitida em 31/07/2015, sob o evento nº 400091, na modalidade Global. DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, permitida a prorrogação nos termos do inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93. DA ASSINATURA: 11/08/2015. DOS SIGNATÁRIOS: Pela SEGAD/DF: ALEXANDRE RIBEIRO PEREIRA LOPES, na qualidade de Secretário de Estado e pela CONTRATADA: RUDIMAR BARBOSA DOS REIS, na qualidade de Sócio da Empresa.

SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRÉVIA Nº 15/2015. O Coordenador de Licitações, considerando o teor do processo 411.000.220/2010 e com fundamento no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002, NOTIFICA a Empresa Cross Ltda.-ME, CNPJ: 08.400.920/0001-09, para apresentar defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação, sob pena de aplicação de penalidade. Mais informações podem ser obtidas no Núcleo de Aplicação de Penalidades da Gerência de Conformidade e Suporte da Coordenação de Licitações da Subsecretaria de Logística, localizada no Anexo do Palácio do Buriti, 5º andar, sala 510 W. Brasília-DF, no horário de 9h às 12h e das 14h às 17h30, fone (61) 3226-8886. ANDERSON LUIZ SENNA COSTA

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DIRETORIA DE SUPRIMENTO E LICITAÇÕES

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2015. O Pregoeiro torna público o resultado de julgamento do pregão supracitado, informando que a empresa RT Máquinas, Comercio e Serviços Ltda, CNPJ n.º 01.444.608/0001-

78 sagrou-se vencedora do grupo 1 com o valor total anual de R\$ 49.906,37. Mais informações no site: www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 974002. Processo(s) nº: 040.004.012/2014-SEF/DF. Brasília/DF, 08 de setembro de 2015. FÁBIO PAIXÃO DE AZEVEDO

SUBSECRETARIA DA RECEITA COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL Nº 102, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015. O COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a lavratura do Auto de Infração abaixo relacionado, em consonância com o artigo 11, § 2º, da Lei nº 4567, de 09 de maio de 2011, considerando-se feita a intimação, conforme o artigo 12, inciso III, Lei supramencionada, após 15 (quinze) dias a contar da data da publicação deste edital, ficando o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário, ou apresentar impugnação, conforme artigo 25, inciso V, da lei supracitada, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação feita. Conforme previsto no art. 65-A, inciso II, da Lei nº 1254/1996, o valor da multa sobre o principal será reduzido em 75% (setenta e cinco por cento), se o pagamento for efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação feita. A multa por descumprimento de obrigação acessória não tem o benefício da redução prevista acima. O crédito tributário poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) meses na forma disciplinada no art. 1º, observado o seu parágrafo único, da Lei Complementar n.º 833 de 27 de maio de 2011. O Auto de Infração encontra-se à disposição dos interessados ou de pessoa legalmente autorizada, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, na Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT - SUREC, situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Edifício Vale do Rio Doce, 4º Andar, Sala 405, Brasília-DF. Relacionado na seguinte ordem: Nº AI, RAZÃO SOCIAL, CF/DF OU CNPJ OU CPF 1) 4809/2015 SOUZA E DAMASCENO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMP. E EXP. DE ALIMENTOS LTDA ME, 07.544.842/001-71. KLEUBER JOSÉ DE AGUIAR VIEIRA

EDITAL Nº 103, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015. O COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, torna pública a lavratura do TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL, do contribuinte MATIZA COMÉRCIO DE SUBPRODUTOS ANIMAIS LTDA, CF/DF 07.538.735/001-43, em consonância com o artigo 11, § 2º, inciso III, da Lei nº 4.567, de 09 de maio de 2011, considerando-se feita a intimação, conforme o artigo 12, inciso III, da Lei supra, em 15 (quinze) dias após a publicação deste edital. O início do procedimento fiscal exclui a espontaneidade do sujeito passivo em relação aos atos anteriores relacionados com a infração, conforme dispõe o artigo 19, caput, da Lei supramencionada. O Termo acima citado encontra-se à disposição do interessado ou de pessoa por ele legalmente autorizada, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, no NUAUD III/GEAUT, da Coordenação de Fiscalização Tributária, situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Edifício Vale do Rio Doce, 3º Andar, Sala 305, Brasília-DF. KLEUBER JOSÉ DE AGUIAR VIEIRA

EDITAL Nº 104, DE 04 DE SETEMBRO DE 2015. O COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA, DA SUBSECRETARIA DA RECEITA, DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICA a lavratura do Termo Aditivo ao Auto de Infração abaixo relacionado, em consonância com o artigo 11, § 2º, da Lei nº 4567, de 09 de maio de 2011, considerando-se feita a intimação, conforme o artigo 12, inciso III, Lei supramencionada, após 15 (quinze) dias a contar da data da publicação deste edital, ficando o contribuinte intimado a recolher o crédito tributário, ou apresentar impugnação, conforme artigo 25, inciso V, da lei supracitada, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da intimação feita. Conforme previsto no art. 65-A, inciso II, da Lei nº 1254/1996, o valor da multa sobre o principal será reduzido em 75% (setenta e cinco por cento), se o pagamento for efetuado no prazo de 30 (trinta) dias contados da intimação feita. A multa por descumprimento de obrigação acessória não tem o benefício da redução prevista acima. O crédito tributário poderá ser parcelado em até 60 (sessenta) meses na forma disciplinada no art. 1º, observado o seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 833, de 27 de maio de 2011. O Auto de Infração encontra-se à disposição dos interessados ou de pessoa legalmente autorizada, nos dias úteis, das 9 às 17 horas, na Coordenação de Fiscalização Tributária – COFIT - SUREC, situado no Setor Bancário Norte, Quadra 02, Edifício Vale do Rio Doce, 4º Andar, Sala 405, Brasília-DF. Relacionado na seguinte ordem: NºAI, RAZÃO SOCIAL, CF/DF OU CNPJ OU CPF 1) 4307/2015 GARDEN TURISMO E EVENTOS LTDA ME, 07.466.522/001-87. KLEUBER JOSÉ DE AGUIAR VIEIRA